

Ato de Inexigibilidade de Licitação nº 7810459

Considerando as informações das unidades técnicas e os documentos instrutórios que compõem este expediente, especialmente o Termode Referência (doc. 7283925), o Despacho DCMI (doc. 7305837), a existência de disponibilidade orçamentária à conta das dotações nºs 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39.20 - Fonte 10.1; 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39.12 - Fonte 10.1 e 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39.37 - Fonte 10.1 (doc. 7303292), o parecer da Assessoria Jurídico-Administrativa (doc. 7641934) e despacho da SGA (doc. 7808899), que evidenciam o preenchimento dos requisitos legais pertinentes, autorizo o presente procedimento para locação do espaço correspondente a duas salas no 10.º andar do Edifício Sede da AMMP, situado na Rua dos Timbiras, nº 2.928, Bairro Barro Preto, Belo Horizonte/MG, a ser celebrado com a Associação Mineira do Ministério Público - AMMP, pelo período de 60 (sessenta) meses, no valor total estimado de R\$ 728.000,00 (setecentos e vinte e oito mil reais), sendo R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para o aluguel e R\$ 428.000,00 (quatrocentos e vinte e oito mil reais) para despesas com energia elétrica, condomínio e IPTU, mediante Inexigibilidade de Licitação, com base no art. 74, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

À Superintendência de Gestão Administrativa, para publicação.

Márcio Gomes de Souza

Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO GOMES DE SOUZA, PROCURADOR-GERAL DE JUSTICA ADJUNTO ADMINISTRATIVO**, em 24/07/2024, às 17:19, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **7810459** e o código CRC **EC9B22E8**.